

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.316.150 - MT (2018/0159994-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ BROCK E OUTRO(S) - MT000000
REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI - MT017209
AGRAVADO : IMELDA ZAGO
ADVOGADOS : WALÉRIA MACEDO ZAGO DIAS - MT020733A
EDUARDO LUIZ BROCK E OUTRO(S) - MT000000

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, INC. III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

IMELDA ZAGO (IMELDA) ajuizou ação de cobrança contra BANCO BRADESCO S/A (BANCO), que foi julgada procedente.

A apelação interposta por BANCO foi provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

RECURSO DE APELAÇÃO — EXPURGOS INFLACIONÁRIOS — PRELIMINAR — PRESCRIÇÃO — TERMO INICIAL — LESÃO — PRECEDENTES DESTE TRIBUNAL — PRAZO PRESCRICIONAL — VINTENÁRIO — APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 177 DO CÓDIGO CIVIL DE 1916 E DO ART. 2.028 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 — PRESCRIÇÃO RECONHECIDA — PRELIMINAR ACOLHIDA — RECURSO PROVIDO.

"Revelando-se o direito ora discutido como sendo de caráter pessoal, o prazo prescricional aplicável é o do Código Civil e não da legislação consumerista. Decorridos mais de vinte anos entre os planos econômicos dos quais se reivindicam os expurgos inflacionários, e a propositura da ação, descabe a pretensão de cobrança das diferenças não pagas em saldo de caderneta de poupança referentes a esse período." (Ap 39312/2016, DESA. CLEUCI TEREZINHA CHAGAS PEREIRA DA SILVA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 01/06/2016, Publicado no DJE 15/06/2016). (e-STJ fls. 527)

Os embargos de declaração interpostos foram acolhidos, em acórdão assim ementado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO — COBRANÇA — PRESCRIÇÃO ACOLHIDA — MATÉRIA QUE FOI OBJETO DE

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA — AUSÊNCIA DE RECURSO — PRECLUSÃO — IMPOSSIBILIDADE DE REANÁLISE — EMBARGOS ACOLHIDOS.

"Na jurisprudência desta Corte, as matérias de ordem pública podem ser apreciadas a qualquer momento nas instâncias ordinárias. No entanto, havendo decisão anterior, como no caso destes autos, opera-se a preclusão consum ativa (AgRg no AResp 451.641/12L Relator Ministro Luis Felipe Salomão; AgRg no AResp 70.180/RS, Relator Ministro Sidnei Benet')." (AgInt no AREsp 999.384/SP, Rel.

Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 30/08/2017). (e-STJ fls. 562)

Inconformado, BANCO interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 277, 282, § 1º, e 283, parágrafo único, do NCPC, ao sustentar que (1) deve ser preservada a validade do ato processual que, apesar de maculado por vício de forma, atinge corretamente o seu objetivo, a sua finalidade e sem causar prejuízo; (2) o protocolo de cópia do recurso de apelação do ora recorrente, sem assinatura original do patrono do Banco, cumpriu a sua finalidade, tanto que a parte ora recorrida apresentou contrarrazões recursais; e, (3) ocorreu a prescrição da pretensão autoral.

O apelo nobre não foi admitido em virtude (i) de não haver o prequestionamento dos arts. 277, 282, § 1º, e 283, parágrafo único, do NCPC, incidindo as súmulas 282 e 356 do STF; e (ii) da ausência de impugnação de fundamento do acórdão recorrido a respeito da preclusão, incidindo as súmulas 284 do STF e 182 do STJ.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, BANCO sustentou que (a) houve usurpação de competência; (b) demonstrou a violação aos arts. 475-M, § 3º, do CPC/73 (525, § 1º, inc. V, do NCPC); 467 do CPC/73 (art. 502 do NCPC e 884 do CC; (c) houve o prequestionamento; e (d) não é caso de reexame de provas.

Foi apresentada impugnação (e-STJ, fls. 621/627).

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os fundamentos da decisão agravada, pois o agravante não infirmou devidamente os seus esteios, deixando de refutar, de forma arrazoada, que não houve o prequestionamento dos arts. 277, 282, § 1º, e 283, parágrafo único, do NCPC, incidindo as súmulas 282 e 356 do STF; e que não houve impugnação do fundamento do acórdão recorrido a respeito da preclusão, incidindo as súmulas 284 do STF e 182 do STJ.

No caso, o recorrente apresentou razões recursais dissociadas das razões do recurso especial e da decisão de sua inadmissibilidade.

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, pois já fixados no teto máximo permitido, conforme art. 85, § 2º c/c § 11 do NCPC.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º) e honorários recursais (art. 85, § 11).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator